



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

### Requerimento de Informação n° 389/2024

Processo Número: **28956/2024** | Data do Protocolo: 21/11/2024 18:03:31



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100370036003400320035003A004300, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requero seja oficiado ao Senhor Secretário de Parcerias em Investimentos as seguintes informações

1. A Agência Reguladora de Transportes do estado de São Paulo (Artesp) autorizou a redução de linhas intermunicipais que atendem as regiões dos municípios de Taquaral, Taiuva, Taiaçu, Dobrada, Santa Ernestina, Motuca nos últimos doze meses?

a. Se sim, houve uma pesquisa que norteou as decisões? Anexar todo o processo, estudos e outros documentos que fundamentam a redução.

2. A Artesp tem recebido manifestações dos municípios, autoridade executivas e legislativas, e diretamente da população atingida pela deficiência na oferta do transporte intermunicipal?

3. Quais as empresas autorizadas a atuarem na região?

4. Ainda sobre as empresas, a Artesp tem atuado na fiscalização do cumprimento dos horários, assim como nas condições dos veículos colocados no atendimento da população?

a. Se sim, relacionar as autuações realizadas no ano de 2024, providências tomadas pela Artesp, como multas e outras punições, assim como informar se os problemas apintados pela agência forma sanados pelas empresas.

5. A Artesp tem planos para realizar estudos da demanda pelo transporte na região dos municípios apontados?

## JUSTIFICATIVA

A redução da oferta de ônibus intermunicipais entre os municípios de Taquaral, Taiuva, Taiaçu, Dobrada, Santa Ernestina e Motuca tem gerado sérios impactos na vida dos munícipes que dependem desse meio de transporte para se deslocarem até seus locais de trabalho, estudo e para o acesso a serviços essenciais. A diminuição das linhas e a falta de flexibilidade nos horários têm comprometido a mobilidade dessas populações, levando muitos a recorrerem ao uso de veículos próprios, o que resulta em custos adicionais com combustível e manutenção de carros particulares, além de representar um agravamento das condições de trânsito na região.

Essa situação tem levado, também, à perda de oportunidades de emprego, uma vez que muitos trabalhadores que dependem do transporte público têm dificuldades em chegar aos seus destinos dentro dos horários estipulados, o que impacta diretamente no rendimento de setores produtivos locais e prejudica a economia regional. Além disso, o uso de veículos particulares por um número crescente de pessoas tem gerado um aumento no tráfego e na demanda por infraestrutura viária, exacerbando o desgaste das estradas e gerando custos elevados para os próprios moradores e para o Estado.

Portanto, é de extrema importância que o governo do estado reanalise a situação do transporte intermunicipal entre esses municípios, com o objetivo de restabelecer uma oferta adequada de linhas e horários, que atenda às necessidades da população e contribua para o desenvolvimento da região. A recuperação e ampliação desse serviço são essenciais para garantir a qualidade de vida dos cidadãos, fomentar a economia local e reduzir os custos com transporte, promovendo a inclusão social e o acesso a novas oportunidades de trabalho.

**Luiz Claudio Marcolino**





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200310033003700320035003A005000

Assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Marcolino** em 21/11/2024 17:35

Checksum: **3339CB7CE29A28FE1EE0C07D40490AC1B1994DE2A3BDA68685BBEE2F19FDE685**



---

Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200310033003700320035003A005000, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.